

UM OLHAR SOBRE O LETRAMENTO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Juliane Lewinski Maculan*
julianemaculan@hotmail.com
Adriana Lins Precioso**
adrianaprecioso@unemat.br

MOLLICA, Maria Cecília; LEAL, Marisa. **Letramento em EJA**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

O objetivo desta resenha é apresentar para os estudiosos de linguagem o livro *Letramento em EJA* de Maria Cecília Mollica e Marisa Leal que trata sobre três pesquisas no campo da alfabetização e letramento, realizadas no âmbito do Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos em Espaços Populares. O Projeto vincula-se à Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro e tem com meta diminuir o percentual do analfabetismo funcional da população do entorno da universidade. A obra está dividida em três capítulos totalizando 128 páginas.

Maria Cecília Mollica é Titular em Linguística da UFRJ e pesquisadora do CNPQ. Atua nos Programas de Pós-graduação em Linguística (UFRJ) e em Ciência da Informação (IBICT/UFRJ). Tem vários livros publicados como autora, coautora, organizadora de coletâneas e artigos em revistas nacionais e internacionais. Possui produção de material instrucional inovador. É coorganizadora do livro *Introdução à Sociolinguística*, autora de *Fala, letramento e inclusão social* e organizadora de *Linguagem para formação em Letras, Educação e Fonoaudiologia*. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Teoria e Análise Linguística, atuando principalmente nos seguintes temas: linguística, variação e mudança, educação, alfabetização e educação de jovens e adultos.

Marisa Leal é doutora em Matemática pela UFRJ. É professora da UFRJ, com experiência na área de Matemática, atuando principalmente nos seguintes temas: letramento, alfabetização de jovens e adultos, alfabetização e educação matemática.

As autoras abordam neste livro que, tendo em vista as iniciativas de políticas públicas de governo no esforço de erradicar o analfabetismo no Brasil, o tema a respeito da

* Professora efetiva de Língua Portuguesa da rede estadual de ensino de Mato Grosso. Lotada na Escola Estadual 13 de Maio, município de Nova Guarita – MT. Mestranda do PROFLETRAS da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Campus de Sinop.

** Doutora em Letras (UNESP) e professora da UNEMAT, Campus de Sinop; coordenadora do PROFLETRAS, unidade Sinop.

alfabetização gera muitas questões em várias áreas da ciência. As investigações por elas desenvolvidas e a discussão dos resultados referem-se ao português e a matemática de forma indissociável, visto que defendem que a apropriação de linguagens e da escrita matemática tem origem na ideia de que as pessoas operam a interpretação de letras e números simultaneamente.

Segundo Mollica e Leal, os jovens e os adultos possuem saberes prévios, inatos e intuitivos, nos contextos em que estão inseridos e na cultura marcadamente letrada, antes mesmo de ingressar no sistema escolar formal. O desafio para as pesquisadoras está em examinar que tipo de conhecimento é esse, qual grau do componente genético e de experiência de mundo está presente no que se denomina letramento social. Mais precisamente, elas procuram compreender as estratégias adquiridas involuntariamente e as aprendidas na vida espontaneamente ou por experiência de que os alunos do referido Programa lançam mão para lidar com as exigências de uma sociedade grafocêntrica, sem utilizar o conhecimento adquirido na escola (MOLLICA e LEAL, p. 8).

Ainda discutem o peso do letramento escolar e a forma como ele é assimilado e transferido para o cotidiano. Questionam como os alunos chegam às salas de aula do Programa, o que eles sabem, como aprendem e o que realmente aproveitam no percurso do projeto. Os estudos oferecem informações importantes, mas levantam várias questões sobre a complexidade dos objetivos que ainda devem ser traçados como pesquisa e a distância que se coloca quando se pensa em um programa de trabalho de longo prazo.

No capítulo 1, intitulado *Graus de Letramento*, as autoras apresentam a primeira pesquisa que trata sobre a capacidade dos alunos do Programa em identificar e apontar a função de suportes textuais. O capítulo inicia com o seguinte questionamento: É possível medir os níveis de letramento? Em seguida as pesquisadoras explicam o significado da palavra letramento, segundo alguns teóricos. Tradicionalmente, um homem letrado significa culto, ilustrado. Na atualidade entende-se por letrada a pessoa que sabe ler e escrever. Numa compreensão mais ampliada, todos os indivíduos podem ser considerados letrados (c.f Soares 2003), mesmo os não alfabetizados, por estarem inseridos na mesma cultura e serem possuidores de conhecimentos que lhes permitem criar estratégias próprias para criar cálculos e, em alguns casos, decifrar letras e palavras, para entender o que necessitam, sem terem passado pelo ensino formal. A alfabetização constitui a apropriação de uma tecnologia, a aprendizagem de um código, que difere do letramento social ou escolar. O alfabetismo se aproxima da ideia de letramento escolar (FERREIRO, 1990), e o insucesso nesse processo resulta no que hoje entendemos por analfabetismo funcional (SCLIAR-CABRAL, 2006).

Estas questões sobre oralidade e cultura letrada já foram pensadas por estudiosos que investigaram as diferenças possíveis de uma sociedade predominantemente oral ou escrita com consequências na relação linguagem e pensamento.

A hipótese central exposta neste primeiro capítulo constitui em interrogar por que há uma relação constante entre grau de letramento escolar maior e contextos mais caracteristicamente letrados. E também por que há uma correlação positiva entre contextos do cotidiano das pessoas, relacionados ao letramento social, ao conhecimento de mundo, à experiência das pessoas.

As pesquisadoras partiram do princípio de que qualquer cidadão direciona-se bem em ambientes em que a sobrevivência está em jogo e com os quais mantém muita familiaridade, ainda que não domine linguagens escritas, aprendidas na escola. Assim, é de se supor que as dificuldades vão aumentando em contextos de maior amplitude como aqueles que exigem do cidadão orientar-se na cidade, nos bairros, em conduções, em estradas. Acredita-se que a dificuldade cresce gradativamente quando, aos usuários, são solicitados conhecimentos específicos provenientes do letramento escolar, como consultar fichários em bibliotecas, orientar-se em museus, mostras e exposições.

Quanto a pesquisa de campo, o experimento incluiu três fases cujas denominações foram convencionadas como kit 1, kit 2 e kit 3. Os kits foram projetados de acordo com os níveis de letramento, de modo que o kit 1 é constituído de contextos, pouco letrados; o kit 2 consiste em um conjunto de elementos que exige letramento escolar; o kit 3 ficou caracterizado como um universo intermediário, cujos resultados são ainda imprecisos, não receberam tratamento estatístico nem devem ser tomados como definitivos. Foram testados 124 indivíduos, sendo 53 homens e 71 mulheres (MOLLICA e LEAL, p. 20).

Elas os testaram em contextos de baixa, média e alta exigência de letramento escolar. Detiveram-se mais precisamente em dois polos opostos: o de maior intimidade e exigência no que se refere à sobrevivência dos alunos e o de menor experiência, cuja relação prevê conhecimentos específicos aprendidos nas escolas. Os resultados demonstram que o letramento escolar, em supermercados, não é necessário, pois se trata de espaços cujas necessidades são prementes e a frequência é quase diária. Mas para os espaços que exigem habilidades específicas, como bibliotecas, o letramento escolar é imprescindível. No estudo, fica clara a possibilidade de se identificarem pelo menos dois níveis de letramento. As pesquisadoras confirmam que a apropriação sistemática de saberes pelo letramento escolar é uma via crucial para a cidadania plena (MOLLICA, 2007). A etapa da alfabetização é o primeiro grau da escada de um processo que perdura ao longo da vida. A formação de boa

qualidade pelo maior tempo possível é o desejável, quando aliada à aquisição espontânea de conhecimentos e solidificada em situações reais de vida (MOLLICA e LEAL, p. 35).

A segunda pesquisa, descrita no capítulo II, *A fala e o cálculo mental*, busca encontrar padrões que explique o cálculo ou a chamada matemática oral, uma vez que os alunos operam cálculos em diferentes situações de mundo com muita facilidade, sem utilizar a matemática formal. Os resultados mostram que a decomposição é a principal estratégia utilizada, que conduz a resultados desejados, sem que o aluno se sujeite necessariamente ao numeramento.

As pesquisadoras descrevem a análise de depoimentos falados, referentes à maneira como as pessoas processam os cálculos sem ter a necessidade de registros linguísticos escritos e da escrita da matemática formal e universal. A meta é conhecer os modos pelos quais as pessoas verbalizam oralmente as formas de resolver problemas em contextos de vida cotidiana, com a finalidade de descrever as estratégias metacognitivas e os padrões de que lançam mão para efetuar operações elementares como a adição, subtração, multiplicação e divisão.

Quando retomam ou iniciam a escolarização básica em programas de alfabetização, os indivíduos, jovens e adultos trazem hipóteses sobre a escrita e naturalmente sobre a matemática. Apesar da interrupção da sua trajetória escolar, a idade cronológica do jovem e do adulto propicia um conhecimento de mundo que permite a sobrevivência suficiente numa sociedade marcadamente letrada (MOLLICA e LEAL p. 58).

Conforme Freire (1990), não é possível, então, pensar em uma ação educativa para esses sujeitos sem que os conhecimentos que já possuem sejam valorizados e compreendidos pelo professor alfabetizador. No caso da matemática, quando a riqueza do conhecimento prévio dos alfabetizandos é percebida, permite-se o desenvolvimento de práticas pedagógicas, de modo que os conteúdos matemáticos sejam trabalhados a partir das operações aplicadas no cotidiano e vice-versa. Seria um duplo movimento que respeita não só a dimensão utilitária como a dimensão formativa da matemática que, segundo Fonseca (2002, p. 25), assume na EJA um especial sentido de atualidade.

A diversidade de níveis de tratamento social e escolar encontrada nas classes de alfabetização de jovens e adultos, tantas vezes tratada como um obstáculo para o planejamento das atividades pedagógicas, além de ser respeitada e conhecida, deve ser levada em grande consideração nas salas de EJA. Ao partir do conhecimento das experiências dos alunos como indivíduos "não crianças", quase sempre excluídas da escola e provenientes de diferentes grupos culturais e sociais, o educador pode construir um fio condutor que interliga as vivências comuns às práticas pedagógicas. Ao agir assim, o educador passa a compreender

a forma como os alunos de EJA classificam, argumentam, organizam, registram e transferem o conhecimento da vida externa para a escola, e se torna capaz de introduzir conteúdos derivados dos saberes adquiridos pelos alunos ao longo da vida, diminuindo o conflito de aprendizagem.

As autoras observaram situações semelhantes entre os resultados das duas primeiras investigações. As habilidades específicas de apropriação de leitura e escrita e de escrita matemática, na escola, não são utilizadas pela maioria dos alunos do Programa. Há outras, que se mostram suficientes para o indivíduo pouco escolarizado sobreviver na cultura visivelmente letrada, mas que, entretanto, constituem recursos ineficientes em situações em que o letramento escolar é necessário.

O terceiro capítulo, intitulado *Preconceito em EJA*, apresenta uma investigação a respeito de crenças sobre português e matemática no âmbito da educação de jovens e adultos, com o efeito de analisar o imaginário coletivo referente ao letramento escolar de alunos e professores que atuam em EJA.

A pesquisa demonstra as consequências de uma escola ineficaz, que reforça valores equivocados. Descreve como o preconceito relacionado ao português e a matemática pode constituir-se num instrumento que não concorre em nada para que os alunos e professores desconstruam a visão de “dom”, “inteligência”, “aptidão” em relação ao ensino e aprendizagem de linguagem e matemática de forma diferenciada. O estudo confirma as incoerências que existem nessas áreas, atrapalhando o bom andamento do letramento escolar. Demonstra como o coletivo imaginário constitui influência negativa sobre os agentes escolares, que a formação docente simplesmente vem repetindo sem critério.

Neste livro, as pesquisadoras mostram que os letramentos em graus diferenciados situam-se dentro e fora da escola, mesmo que os jovens e adultos ainda não sejam alfabetizados (FREIRE, 1990; FRAGO, 1993). Deixam claro, no entanto, que a alfabetização, o conhecimento acerca da relação fonema-grafema (PITMAN, 1985; KLEIMAN, 1989) ocorre em qualquer momento, em geral na trajetória pedagógica sistemática do letramento escolar.

Na medida em que a primeira fase escolar não é interrompida, podemos projetar etapas subsequentes que possibilitem ao aluno chegar a um nível suficiente de proficiência em leitura e escrita e em habilidades matemáticas indispensáveis. Outros conhecimentos também devem agregar-se. Nesse estágio, então imaginamos cidadãos conscientes de suas funções, brasileiros críticos e agentes transformadores na nossa sociedade (MOLLICA e LEAL, p. 118).

Concordo com as autoras quando afirmam que no âmbito da EJA há muito que se pesquisar. Os estudos reunidos no livro recomendam a investigação com a leitura, com as dificuldades de escrita, bem como com os vestígios da oralidade na escrita. Importante também seria entender como os indivíduos em processo de alfabetização lidam com todos os suportes textuais, identificando neles a linguagem e a matemática e suas respectivas funções.

Segundo Mollica e Leal, em âmbito mais amplo é relevante investigar o impacto do contato que alunos de EJA enfrentam quando ingressam em programas específicos e a transformação que porventura venha a se verificar quando jovens e adultos entram em contato mais estreito e sistemático com bens culturais.

Portanto, o desafio das pesquisas em EJA situa-se na transferência do letramento social para o escolar e vice-versa. O primeiro caminho se percebe e tem sido muito trabalhado. Todavia, a rota do letramento escolar para o social ainda está para ser conhecida pelos estudiosos da área, pelos formadores e alfabetizadores e se coloca como um problema educacional crítico para a erradicação do analfabetismo funcional no Brasil.

Este é um livro indicado para estudiosos de linguagem, professores que já atuam em turmas de EJA e acadêmicos de Letras que tenham interesse em futuramente trabalhar com jovens e adultos.

REFERÊNCIAS

FERREIRO, Emília. **Os filhos do alfabetismo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

FONSECA, Maria da Conceição Ferreira Reis. (Org.). **Letramento no Brasil: habilidades matemáticas**. São Paulo: Global Editora, 2004.

FRAGO, Antonio Viñao. **Alfabetização na sociedade e na história**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FREIRE, Paulo; MACEDO, Donaldo. **Alfabetização: leitura de mundo leitura da palavra**. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

KLEIMAN, Angela. **Leitura: ensino e pesquisa**. Campinas: Pontes, 1989.

MOLLICA, Maria C.; LEAL, Marisa. Letramentos na escola e na vida. In: SOUZA DA SILVEIRA, M. L. (Org.). **Educação popular e leituras de mundo**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

PITMAN, Helena. **Ortografia: A relação grafema/fonema**. Brasília. Thesaurus, 1985.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Autêntica, Belo Horizonte, 2003.



SCLIAR-CABRAL, Leonor. **Princípios do sistema alfabético do português do Brasil.** São Paulo: Contexto, 2003.

Recebido em 01 de maio de 2016. Aprovado em 30 de maio de 2016.